Orientações – cooperação jurídica internacional em matéria penal

ANTES DE EXPEDIR A CARTA ROGATÓRIA CERTIFICAR-SE DE QUE NOME E ENDEREÇO DA PESSOA/EMPRESA A SER LOCALIZADA ESTÃO ATUALIZADOS E COMPLETOS, INCLUSIVE COM O NÚMERO DO IMÓVEL, NÚMERO DO APARTAMENTO etc.

A CARTA ROGATÓRIA DEVE SER ASSINADA PELO JUIZ.

O Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública se prontifica a **analisar previamente** minutas de solicitação de cooperação jurídica internacional, procurando adequá-las às exigências do Estado requerido. Para tanto, as minutas devem ser encaminhadas para o endereço de correio eletrônico cooperacaopenal@mj.gov.br

Nessa hipótese, após análise, a minuta é devolvida com as eventuais sugestões de alterações e aguarda a versão definitiva com a devida tradução.

Esclarecemos que a SPPr 1.2.1.1 providencia apenas a versão e encaminhamento das cartas rogatórias cujos interessados sejam beneficiários da Justiça gratuita.

AS CARTAS ROGATÓRIAS, AINDA QUE DE BENEFICIÁRIOS DA JUSTIÇA GRATUITA, PARA PAÍSES CUJO IDIOMA OFICIAL SEJA O PORTUGUÊS, PODEM SER ENCAMINHADAS, DEVIDAMENTE INSTRUÍDAS, DIRETAMENTE AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Qual modelo utilizar?

Utilizar o modelo criminal de Cartas Rogatórias SAJ 503765. (MLAT – *Mutual Legal Assistance Treaty*).

PREENCHIMENTO

O quadro de diligências/requisitos necessários (item 7) do modelo SAJ 503765 é apenas para melhor visualização. Dispensar os itens que não cabem ao pedido e excluir as bordas do quadro.

Quando a finalidade da carta for oitiva/inquirição/depoimento não é necessário lançar os quesitos no corpo da rogatória, basta encaminhar as perguntas em anexo.

- Exemplo de preenchimento do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Audiências (e perícias agendadas, por analogia)

Os prazos mínimos (90 dias, quando se tratar de matéria penal) para recepção da carta rogatória no Ministério da Justiça e Segurança Pública estão determinados no artigo 7º, § 1º, item "b" da Portaria Interministerial nº 501/12. Para viabilizar o cumprimento dentro desses prazos, recomenda-se o **acréscimo de no mínimo 60 dias** para os trâmites de tradução e encaminhamento ao Ministério da Justiça e Segurança Pública